



/SECIL OUTÃO

DECLARAÇÃO AMBIENTAL 2013





SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.

Capital: 264 600 000 Euros

Sede: Outão – SETÚBAL

Contribuinte n.º: 500 243 590

Matric. Conservatória Registo

Comercial de Setúbal n.º: 3091/310313

a folha 152 do livro C.2

Fábrica Secil-Outão

Apartado 71

2901-864 SETÚBAL

Código NACE: 23.51 – Fabricação de Cimento

CAE: 23 510

/ÍNDICE

1. Objectivos e âmbito	4
2. O Grupo Secil	5
2.1 Quem somos e onde estamos	5
2.2 Estratégia de sustentabilidade	5
3. A Fábrica Secil-Outão	7
3.1 Licenciamento	7
3.2 Processo de fabrico	7
4. Sistema de gestão ambiental	10
4.1 Política Ambiental	11
4.2 Aspectos e impactes ambientais	12
4.3 Programa de melhoria 2013	14
5. Desempenho ambiental	16
5.1 Consumo de recursos naturais	17
5.1.1 Racionalização do consumo de matérias-primas naturais	17
5.1.2 Requalificação ambiental das pedreiras e protecção da biodiversidade	17
5.2 Consumo de energia	19
5.2.1 Energia térmica	19
5.2.2 Energia eléctrica	19
5.3 Consumo de água	20
5.4 Emissões atmosféricas	21
5.4.1 Emissões fixas	21
5.4.2 Emissões de co ₂ responsabilidade climática	23
5.4.3 Emissões difusas	24
5.5 Produção de resíduos	25
5.6 Emissão de ruído para o exterior	26
5.7 Produção de águas residuais	26
5.8 Transporte	29
6. Emergências ambientais	30
7. Comunicação com as partes interessadas	30
8. Novos diplomas legais e acções implementadas	32
9. Programa de melhoria 2014	33
10. Glossário	34
11. Declaração do verificador ambiental sobre as actividades de verificação e validação	37

/1

OBJECTIVOS E ÂMBITO

A Fábrica Secil-Outão ao adoptar voluntariamente o EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) compromete-se a avaliar, a gerir e a melhorar o seu desempenho ambiental continuamente.

Esta Declaração é assim o resultado do compromisso assumido em comunicar às nossas partes interessadas, de forma transparente, os nossos resultados.

Pretendemos assim publicar informação relativa aos aspectos ambientais cujo impacto é mais significativo e quais as políticas e medidas que têm vindo a ser adoptadas, no sentido de minimizar os impactos negativos e potenciar os positivos.

Esta é a sétima Declaração publicada e corresponde ao período entre 2011 e 2013, tendo sido elaborada à luz dos requisitos do Regulamento EMAS III.

Na Internet encontra-se disponível uma versão electrónica da Declaração, no endereço: www.secil.pt. E porque entendemos que este documento é um instrumento de comunicação e diálogo com o público e outras partes interessadas, convidamos todos a participar no nosso Sistema de Gestão Ambiental,

apresentando dúvidas, sugestões ou críticas para o endereço: outao@secil.pt para que o possamos continuamente melhorar.



/ Fornos da Fábrica Secil-Outão

/2

O GRUPO SECIL

/ 2.1 QUEM SOMOS E ONDE ESTAMOS

Lideramos um grupo empresarial com actividades operacionais em Portugal, Espanha, França, Tunísia, Angola, Líbano e Cabo Verde, destacando-se a produção de cimento, através das Fábricas Secil-Outão, Maceira-Liz, Cibra-Pataias, Sibline (Líbano), Gabès (Tunísia) e Lobito (Angola), bem como a produção e comercialização de betão, inertes, argamassas e produtos para a construção e a exploração de pedreiras, através das nossas subsidiárias.

Embora o núcleo central da nossa actividade seja a produção e comercialização de cimento, integramos também, actualmente, um conjunto de cerca de 30 empresas que operam em áreas complementares, desde a fabricação de betão-pronto à fabricação e comercialização de materiais de construção, passando pela exploração de pedreiras, pela concepção e implantação de projectos industriais, bem como pelo desenvolvimento de soluções no domínio da preservação do ambiente e da utilização de resíduos como fonte de energia.

Actualmente o Grupo emprega 2 127 pessoas no conjunto de todas as áreas de actividade. A comercialização e distribuição dos nossos produtos são realizadas pelos departamentos comerciais respectivos, um pouco por todo o mundo.

A gama de produtos por nós comercializados encontra-se disponível em www.secil.pt.

/ 2.2 ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

A NOSSA MISSÃO

O Grupo Secil pretende ser um grupo internacional de fabrico de cimento e materiais de construção, que seja uma referência em qualidade e custos, com elevada rentabilidade, e exemplar no comportamento social e ambiental.

A NOSSA VISÃO

No Grupo Secil trabalhamos para fornecer soluções e serviços de elevada qualidade, na área do fabrico de cimento e de materiais de construção, de modo compatível com um desenvolvimento sustentado, e de modo a gerar valor acrescentado para os Accionistas, os Clientes, os Colaboradores e demais partes interessadas.

O nosso desafio permanente é garantir que o conjunto das nossas actividades se desenvolvem de forma sustentável, com adequada rentabilidade dos capitais investidos, salvaguarda do meio envolvente e cumprimento das nossas obrigações sociais, assegurando a manutenção da nossa actividade para o futuro.

A nossa estratégia de sustentabilidade está alinhada com os valores de Excelência, Responsabilidade, Qualidade, Inovação e Transparência que há muito nos caracterizam e está assente em 3 pilares:

Competitividade

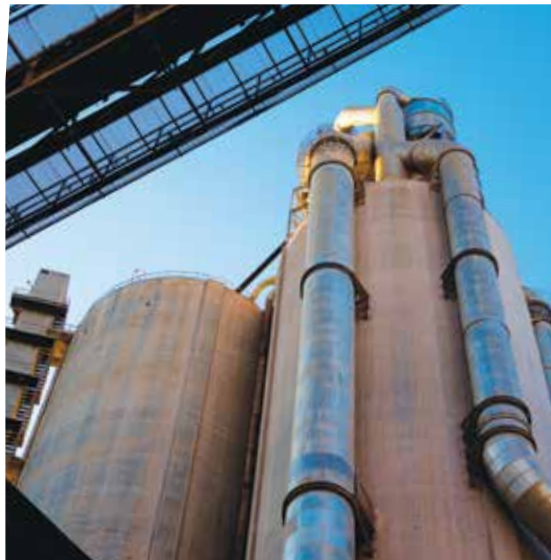
Desenvolvimento da capacidade tecnológica, visando a optimização dos processos produtivos e respectivos sistemas de suporte, incorporando a melhor tecnologia disponível. Inovação na qualidade dos produtos, serviços e soluções Secil fornecidos aos Clientes, superando expectativas quanto ao valor acrescentado que lhes é fornecido, de forma a tornarmo-nos o seu parceiro preferencial. Posicionamento num mundo globalizado, aproveitando oportunidades internacionais de negócio.

Minimização de Impactes

Potenciar a eco-eficiência dos nossos processos, mitigando os impactes causados no meio envolvente e orientando a actuação para a promoção da biodiversidade

Envolvimento com os Stakeholders

Fomentar um ambiente de trabalho valorizado pelos nossos Colaboradores e consolidar um posicionamento ético e cívico reconhecido pelos stakeholders.



/ Fornos da Fábrica Secil-Outão

/3

A FÁBRICA SECIL-OUTÃO

A Fábrica Secil-Outão está situada na localidade do Outão, freguesia de Anunciada, concelho de Setúbal, distrito de Setúbal, estando inserida no Parque Natural da Arrábida junto ao Rio Sado. Esta localização privilegiada permite-lhe ter dois cais acostáveis, dotados de meios autónomos de carga e descarga simultâneas, e acesso a um terminal rodoviário (Praias do Sado). A Fábrica emprega 161 pessoas, distribuídas pelos diversos departamentos. A actividade principal da instalação é a produção e expedição dos seguintes produtos:

/ Clínquer cinzento

/ Cimento Portland EN 197-1 – CEM I 42,5R

/ Cimento Portland EN 197-1 – CEM I 52,5R

/ Cimento Portland de calcário EN 197-1 – CEM II/B-L 32,5N

/ Cimento Portland de calcário EN 197-1 – CEM II/A-L 42,5R

/ Cimento Portland de calcário EN 197-1 – CEM II/B-L 42,5R

/ Cimento Pozolânico EN 197-1 – CEM IV/A (V) 32,5R

/ 3.1 LICENCIAMENTO

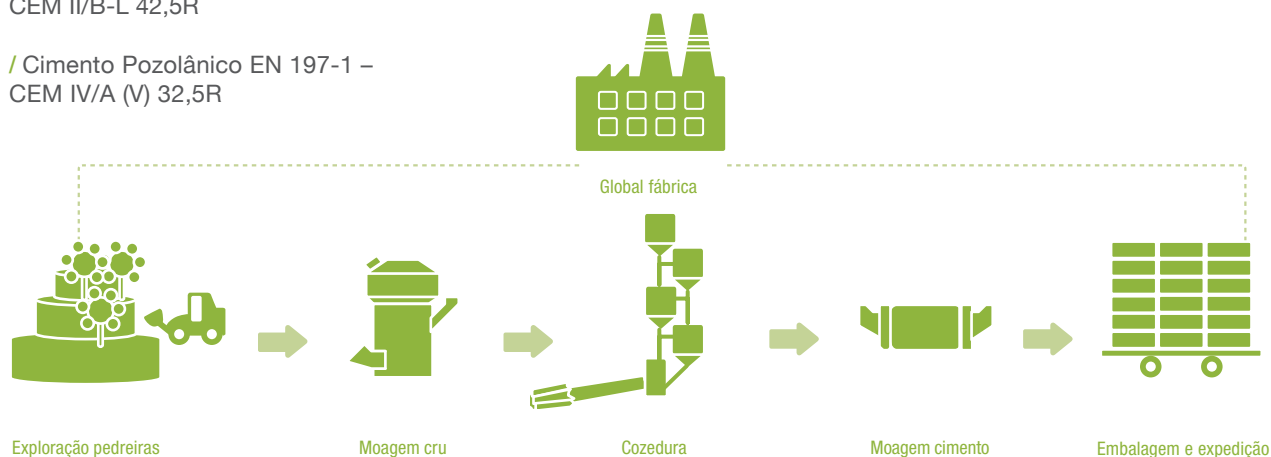
No mês Junho de 2013 foi solicitada a renovação da Licença Ambiental (LA n.º 37A.1/2006, de 30 de Maio de 2008), aguardando-se a emissão da nova por parte da entidade competente.

Além da Licença Ambiental, a fábrica tem ainda uma Licença de Exploração (LE) e uma Licença de Instalação (LI), ambas actualizadas em 2011 – LE n.º 4/2011/DOGR e LI n.º 2/2011/DOGR – que regulamentam a actividade de co-incineração. Estas duas últimas licenças são válidas até Outubro de 2016.

/ 3.2 PROCESSO DE FABRICO

De forma a evidenciar, de uma forma simples, a correspondência entre os aspectos ambientais e o processo de fabrico, introduzimos uma simbologia com as principais fases do processo.

Assim, em cada aspecto ambiental estará representada a fase do processo onde a sua ocorrência é mais relevante. Nos casos em que o aspecto ambiental não está directamente associado a uma, ou mais, fases do processo, utiliza-se o símbolo da fábrica (ex. água residuais e resíduos).



1. **Extracção de Matérias-Primas**

As matérias-primas principais para o processo de fabrico do cimento são os calcários, as margas ou argilas, cuja extracção é efectuada nas nossas Pedreiras, localizadas no perímetro fabril. A exploração é a céu aberto, a partir da cota mais elevada, em patamares, sendo o desmonte efectuado com explosivos, criteriosamente aplicados de modo a minimizar as vibrações. Os principais impactes ambientais associados, designadamente sobre a biodiversidade, são minimizados através da execução da recuperação Paisagística nas frentes já finalizadas, havendo ainda a preocupação de reduzir a utilização de recursos naturais, através da incorporação de outros materiais como matérias-primas secundárias.

2. **Preparação, Transporte, Armazenagem e Pré-Homogeneização**

Após extracção, o material apresenta-se em blocos com dimensões que podem ir até cerca de 1m³, pelo que é necessário reduzir o seu tamanho a uma granulometria compatível com o transporte, armazenagem e alimentação das fases seguintes de fabrico; operação que é feita no britador. Numa fábrica de cimento é necessário prever uma armazenagem de grandes quantidades de matérias-primas, a fim de evitar perdas de produção e garantir trabalho em regime contínuo. Essa armazenagem pode ser combinada com uma função de pré-homogeneização.

3. **Obtenção do Cru**

As matérias-primas naturais e os materiais de correcção (areia e óxido de ferro) são depois doseados, tendo em consideração a qualidade do produto a obter (clínquer), operação que é controlada através de computadores de processo. Definida a proporção das matérias-primas, elas são transportadas para moinhos onde se produz o chamado “cru”, isto é, uma mistura finamente moída, em proporções bem definidas, do conjunto das matérias-primas.

Nessa moagem são utilizados moinhos verticais de mós. Nesta fase, é necessário secar as matérias-primas; para a economia do processo, aproveitando-se, com frequência, o calor contido nos gases de escape dos fornos que, simultaneamente, fazem o transporte do cru dos moinhos aos silos de armazenagem.

4. **Clinquerização**

O cru é extraído dos silos de armazenagem e introduzido no sistema de pré-aquecimento (torre de ciclones), onde é aquecido pelos gases de escape resultantes da queima dos combustíveis. O material entra então no forno, deslocando-se ao longo deste devido à sua ro-

tação e ligeira inclinação, prosseguindo o aquecimento e desenrolando-se as reacções físico-químicas do processo da clinquerização, obtendo-se o clínquer.

A partir dos 1450°C inicia-se o arrefecimento do clínquer, ainda dentro do forno, sendo completado nos arrefecedores de satélites, onde é introduzido ar em contracorrente com o clínquer, aproveitando-se este ar aquecido como ar de queima secundário. Desta forma, há uma recuperação parcial do conteúdo térmico do clínquer.

A minimização do consumo de energia é conseguida através da utilização de fornos com pré-aquecedor, considerada uma MTD (Melhor Técnica Disponível); a utilização de combustíveis alternativos permite também reduzir o consumo de combustíveis fósseis.

A reduzida emissão de partículas é assegurada através de sistemas de despoeiramento (filtros de mangas e/ou electrofiltros) e a minimização das emissões de gases, através de sistemas de controlo automatizado da condução dos fornos, ambas as soluções também consideradas MTD.

5. **Moagem de Clínquer e Armazenagem de Cimento**

O cimento é moído em moinhos tubulares horizontais, com corpos moentes. O clínquer, o gesso (regulador da presa do cimento) e os aditivos inertes são moídos, em proporções bem definidas, de acordo com o plano de qualidade, obtendo-se os diferentes tipos de cimento, com características específicas e adequadas à sua utilização, os quais são armazenados em silos devidamente identificados. A minimização do consumo de energia eléctrica tem vindo a ser conseguida através da adopção da tecnologia de moagem em circuito fechado e com separadores de 3ª geração, considerada como MTD. A reduzida emissão de partículas é assegurada por filtros de mangas, também classificados como MTD.

6. **Embalagem e Expedição do Cimento**

A comercialização do cimento é feita a granel, em cisternas ferroviárias, rodoviárias ou em navios, em sacos, big-bags, sobre paletes de madeira ou em pacotes plastificados. O ensacamento é feito em linhas automatizadas de enchimento de sacos e de paletização ou de empacotamento. A minimização da emissão de partículas é assegurada por filtros de mangas ao longo das linhas de transporte do cimento até ao contentor em que é expedido. O consumo de materiais de embalagem depende do mercado, dos meios de transporte disponíveis (rodovia, ferrovia e marítimo) e de outras condicionantes. A introdução de sacos de 25 kg e 40 kg veio permitir uma utilização mais ergonómica desta embalagem em obra. Os sacos de 50 kg são utilizados essencialmente para exportação.

/ 2.2 ENTRADAS E SAÍDAS DO PROCESSO DE FABRICO

EMISSIONES

Emissões fixas	2011	2012	2013
Partículas (t/ano)	2,86	10,87	10,78
CO (t/ano)	1 662	1 550	1 771
NO_x (t/ano)	2 092	1 676	1 529
SO₂ (t/ano)	46	35	99
HCl (t/ano)	5,35	3,13	4,89
HF (t/ano)	0,86	0,03	0,03
COT (t/ano)	49	42	62
CO₂ (kt/ano)	1 210	999	955

ENTRADAS

	2011	2012	2013
Matérias-primas naturais (kt)	2 604	2 333	2 226
Calcário + Marga (kt)	2 380	2 150	2 056
Areia (kt)	162	122	117
Gesso (kt)	63	60	53
Matérias-primas secundárias (kt)	116	46	83
Energia térmica (TJ)	5 372	4 492	4 471
Energia eléctrica (GWh)	170	154	154
Combustíveis fósseis (kt)	113	84	84
Combustíveis alternativos (kt)	105	102	107
Água subterrânea (mil m³)	513	521	517
Água superficial (m³)	261	287	26

SAÍDAS

	2011	2012	2013
Clinker produzido (t)	1 448 645	1 277 824	1 252 981
Cimento produzido (t)	1 850 522	1 734 881	-
Cimento equivalente (t)	1 892 511	1 675 950	1 574 041
Cimento equivalente corrigido (t)	1 892 511	1 675 950	1 574 041
Resíduos produzidos	2,0	2,2	2,7
Resíduos industriais banais	1,99	2,15	2,62
Resíduos industriais perigosos	0,06	0,09	0,09
% Valorizados	94,7	96,0	97,6
% Eliminados	5,3	4,0	2,4

Biodiversidade

Área da fábrica: 32 ha

Área da pedreira "Vale de Mós A": 53,94 ha

Área da pedreira "Vale de Mós B": 44,73 ha

/4

SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

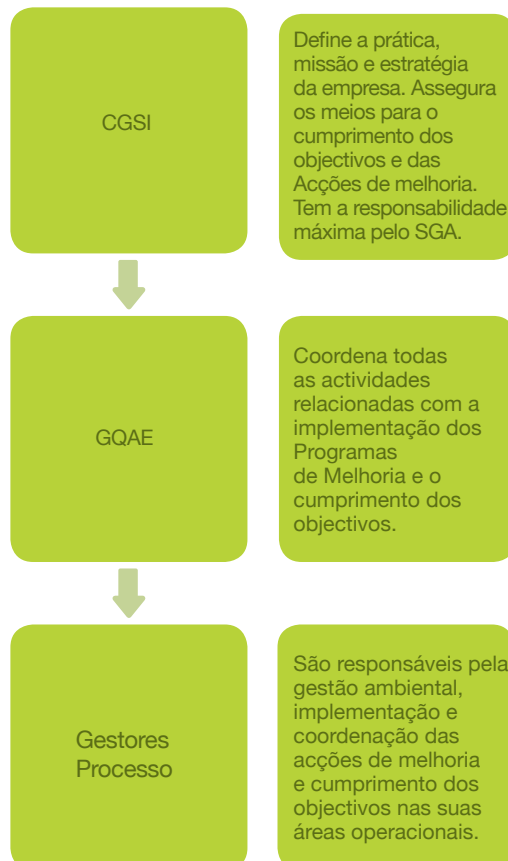
As nossas preocupações ambientais são anteriores ao início da implementação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) e vão para além do cumprimento legal. Temos tido com a Natureza uma atitude superior ao respeito, que se reflectiu na introdução de progressivas melhorias no processo de fabrico. Temos consciência dos nossos impactes ambientais e estamos certos de que trabalhamos para criar processos sustentáveis, tendo por isso assumido ao longo do tempo o compromisso com os mais altos padrões de exigência disponíveis em matéria de Ambiente, assim como nas outras áreas.

Na sequência do compromisso de melhoria contínua do desempenho ambiental assumido pela nossa Comissão Executiva iniciámos, em 1996, a implementação do SGA de acordo com o referencial normativo ISO 14001:1996, desde logo integrado com o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ). Obtivemos a certificação do nosso SGA para a “Exploração de Pedreira e Produção de Cimento”, em Dezembro de 1998 (em simultâneo com a certificação do SGQ). Em 2006 foi realizada a transição para a NP EN ISO 14001:2004. Em 1999 foi estabelecido um Contrato de Melhoria Contínua do Desempenho

Ambiental para o Sector Cimenteiro, entre os Ministérios da Economia e do Ambiente e o Sector Cimenteiro Nacional, que subscrevemos. Neste Contrato foram previstas acções e investimentos em vários domínios, nomeadamente na melhoria do controlo da emissão de partículas, na montagem de instalações de limpeza industrial, na monitorização ambiental e no aumento da eficiência energética e ambiental de alguns moinhos. A sua realização foi devidamente acompanhada por uma Comissão de Avaliação, conforme previsto. No âmbito deste Contrato foi ainda assumido, por parte de todas as unidades cimenteiras nacionais, o compromisso de obtenção do registo no EMAS, o qual conseguimos em 2008.

Em 2008, integrámos os três sistemas de gestão implementados – Qualidade, Ambiente e Segurança, nas três Fábricas – Outão, Maçeira e Pataias. O sistema é coordenado pelo Gestor de Qualidade, Ambiente e Segurança da Empresa (GQAE), que reúne periodicamente com o Conselho Geral de Sistemas Integrados (CGSI).

Em cada Fábrica existe um Gestor de Qualidade, Ambiente e Segurança Local (GQAS) e uma Comissão de Qualidade, Ambiente e Segurança Local (CQAS).



/ 4.1 POLÍTICA AMBIENTAL

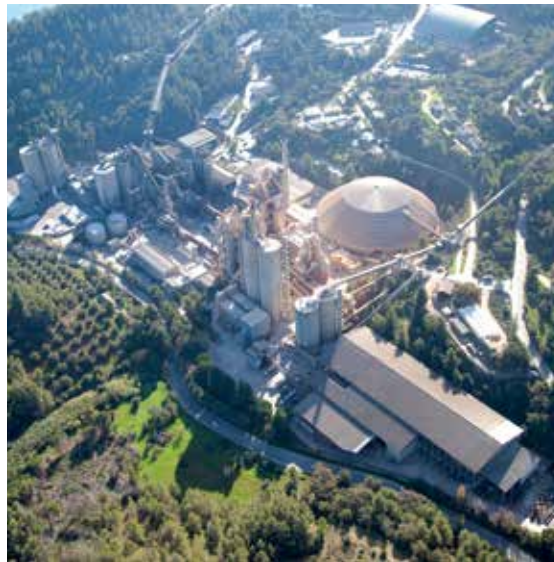
COMPROMISSO Melhoria contínua do desempenho ambiental

A Secil compromete-se a exercer a sua actividade num quadro de equilíbrio de desenvolvimento sustentável, visando o progresso compatível com a obtenção de níveis de desempenho ambiental cada vez mais elevados.

Factores de sucesso para o seu cumprimento:

UM BOM DESEMPENHO AMBIENTAL: A responsabilidade de todos os trabalhadores da Secil

A Secil considera os seus Trabalhadores como sendo o factor chave para um bom desempenho ambiental. Assim promoverá a sua educação, formação e motivação, visando uma conduta ambiental correcta.



/ Vista aérea da Fábrica Secil-Outão

Integração do ambiente nas estratégias de desenvolvimento

A Secil optará, na sua política de desenvolvimento, por equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos ambientais aplicáveis, bem como a redução dos impactes ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores técnicas disponíveis (desde os referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, aos estabelecidos para a execução dos planos de recuperação paisagística).

Assim, com base na actualização do levantamento dos aspectos e impactes mais significativos são estabelecidos os objectivos e metas ambientais, cujo cumprimento é assegurado através da concretização do plano de gestão ambiental e controlado através da revisão anual do sistema.

Divulgação da política ambiental

A Secil garantirá a transparência das suas actividades através de uma política de comunicação e diálogo com todas as partes interessadas, promovendo ainda, junto dos seus Fornecedores, a adopção de práticas coerentes com a sua política ambiental.

Valorização de matérias-primas e combustíveis alternativos

A Secil colaborará com as autoridades e as outras indústrias no sentido da redução e valorização de materiais residuais, incorporando-os no seu fabrico, sempre que possa assegurar um tratamento ambiental mais favorável e compatível com a qualidade dos seus processos e produtos.

A Comissão Executiva

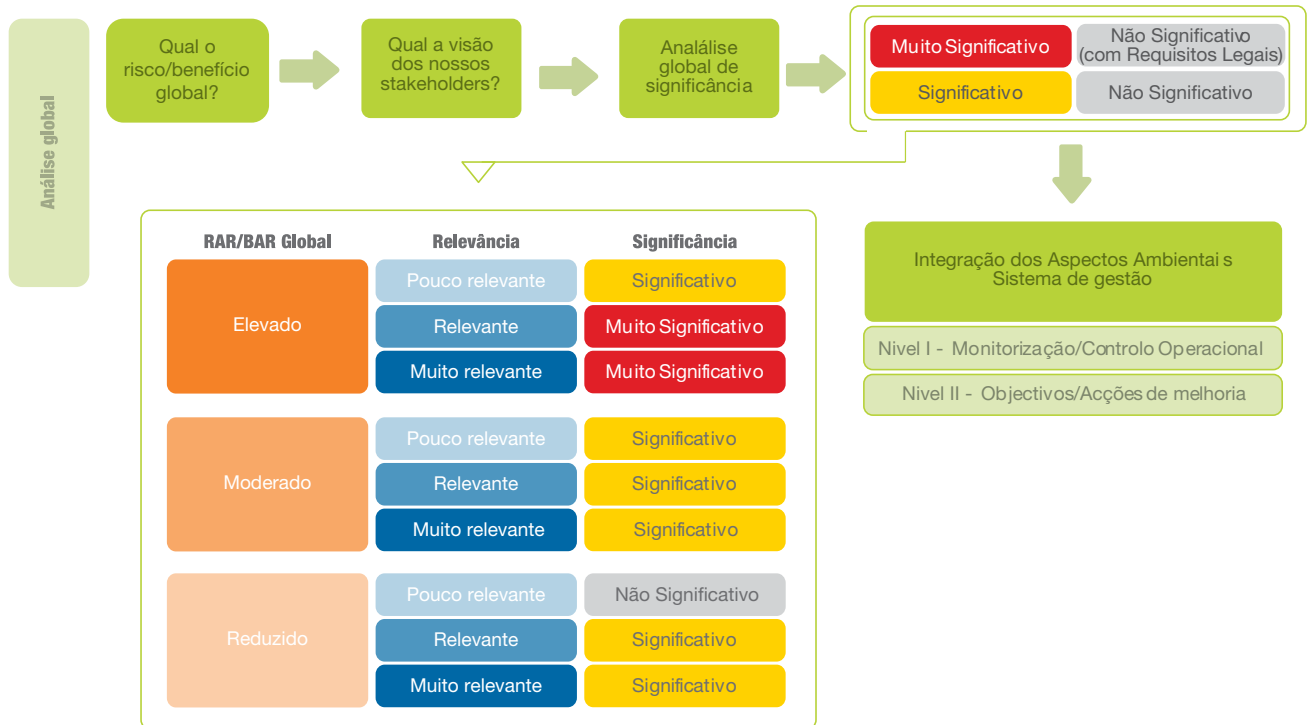
/ 4.2 ASPECTOS E IMPACTES AMBIENTAIS

A metodologia de Levantamento de Aspectos e Avaliação de Impactes (LAIA) é comum às três fábricas e Departamento Comercial, pressupõem o envolvimento dos responsáveis de forma a retirar uma maior e melhor informação e percepção dos aspectos existentes. Nesta metodologia o levantamento ambiental é efectuado a dois níveis de análise distintos, mas complementares: sectorial (áreas fabris/

locais) e global (fábrica/Entrepasto). Ao nível global das fábricas, a significância dos aspectos ambientais resulta da sua classificação, em função da importância do aspecto ambiental e a sua relevância para as partes interessadas, além da introdução do conceito de risco potencial. Posteriormente, os aspectos são integrados de acordo com a sua significância a dois níveis distintos: Nível I – monitorização/controlo operacional e Nível II – Objectivos/Acções de melhoria.



* O valor do Risco/Benefício resulta de uma matriz que relaciona o valor da frequência/probabilidade com o valor da severidade/benefício.



Os aspectos ambientais, negativos e positivos, resultantes da actualização do LAIA de 2013 foram os seguintes:

ASPECTO AMBIENTAL		Incidência		Condição operacional		
		Directa	Indirecta	Normal	Anómala	Emergência
Biodiversidade	+	X		Muito Significativo	n.a.	n.a.
Combustíveis alternativos	+	X		Muito Significativo	n.a.	n.a.
Matérias-primas secundárias	+	X		Muito Significativo	n.a.	n.a.
Reutilização de óleos usados	+	X			n.a.	n.a.
Combustíveis fósseis	-	X	X	Muito Significativo	Significativo	n.a.
Emissões atmosféricas	-	X	X	Muito Significativo	Significativo	Muito Significativo
Energia eléctrica	-	X	X	Muito Significativo	Muito Significativo	n.a.
Matérias-primas naturais	-	X		Muito Significativo	n.a.	n.a.
Recursos hídricos	-	X		Significativo	Significativo	n.a.
Efluentes líquidos	-	X	X	Significativo	Significativo	Significativo
Radiações ionizantes	-	X	S	Significativo	n.a.	n.a.
Resíduos não perigosos	-	X	X	Pouco significativo	Pouco significativo	Significativo
Resíduos perigosos	-	X	X	Pouco significativo	Pouco significativo	Significativo
Ruído ambiente	-	X	X	Pouco significativo	n.a.	n.a.
Vibrações	-	X		Pouco significativo	Significativo	n.a.
Materiais diversos e subsidiários	-	X		Pouco significativo	n.a.	n.a.
Substâncias e produtos perigosos	-	X	X	Pouco significativo	n.a.	n.a.
Derrame de materiais não perigosos	-	X	X	n.a.	Significativo	Significativo
Derrame de materiais perigosos	-	X	X	n.a.	Significativo	Significativo
Odores	-	X		n.a.	Significativo	n.a.

+ impacte positivo; - impacte negativo; n.i. – não identificado; n.a. – não aplicável





Nota: A identificação dos Aspectos directos e indirectos e respectivos impactes ambientais são analisados em conjunto.

/ 4.3 PROGRAMA DE MELHORIA 2013

Apresentam-se apenas as acções de melhoria relacionada com as temáticas ambientais.

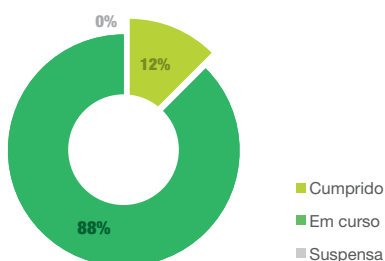
ID	Aspecto / impacte ambientais	Objectivo
1	Biodiversidade Reabilitação de habitats naturais	Melhoria dos Sistemas de Rega associados à recuperação paisagística
2	Emissões atmosféricas Degradação da qualidade do meio receptor (água/solo/ar) Perturbação da flora, fauna e vida humana	Redução das emissões específicas de NO _x
3	Consumo de energia eléctrica e térmica Contribuição para o aquecimento global	Melhoria tecnológica na motorização e iluminação, gestão do desperdício energético eléctrico, recuperação de energia térmica perdida para secagem ou produção de Energia eléctrica
4	Emissões atmosféricas – Poeiras Difusas Degradação da qualidade do ar	Diminuição poeiras difusas
5		Avaliação da deposição de poluentes (dioxinas e metais pesados) nos líquenes e no solo
6	Consumo de água Redução das reservas hídricas	Conhecer a pegada ecológica em termos de água e implementar medidas de redução identificadas
7		Diminuição do consumo de água industrial e potável e reutilização de águas
8	Resposta a Emergências	Evitar a contaminação da zona envolvente ao Ecoparque

Legenda:

-  A acção foi redireccionada, suspensa ou cancelada
-  A acção de melhoria não teve qualquer desenvolvimento
-  A acção de melhoria encontra-se 50% cumprida
-  A acção de melhoria encontra-se concluída

Meta	Designação da Acção de Melhoria	Grau de cumprimento
Implementação de novos sistemas de rega nas áreas a recuperar em 2012 previstas no Triénio 2011-2013	Optimização dos sistemas de rega AM 02/12 Prazo: Fev13	●●●●○ A instalação dos sistemas de regas em alguns taludes ainda não se encontra concluída, devido às chuvas intensas que se fizeram sentir.
Reduzir a emissão de NO _x para Valores Médios Diários inferiores a 500 mg/Nm ³	Optimização da operação do SNCR AM 16/12 Prazo: Dezl2	●●●●○ Melhoria da instalação para permitir a sua operação a partir de Janeiro de 2014.
Controlo do “NH3 split” inferior a 50 mg/Nm ³	Projecto de eficiência energética na Secil AM 09/12 Prazo: Dezl5 (Esta acção de melhoria integra o anterior projecto CA 70 (AM 02/11))	●●●○○ O projecto está a decorrer de acordo com os respectivo cronograma.
---	Instalação de eclusas no sistema de extracção do silo de carvão (K9L21) AM 27/11 Prazo: Dezl10	●●●●○ A instalação das eclusas vai ser feita durante a paragem do forno 8, agendada para Fevereiro de 2014.
Verificar o impacte	Implementação do projecto de biomonitorização em líquenes e no solo AM 02/10 Prazo: Dezl13	●●●●○ Análise dos resultados e discussão do draft do relatório a concluir no 1º Trimestre de 2014.
---	Avaliação da Pegada Ecológica na Água AM 06/11 Portugal Cimento Prazo: Dezl2	●●●○○ Já existe uma versão final da Global Water Tool for the Cement Sector, assim como um questionário interno de recolha da informação necessário ao seu preenchimento. A ferramenta e o questionário serão divulgados a todas as fábricas do grupo durante o 2ºT/14.
---	TF 01/2013: Racionalização do consumo de água industrial e potável e potável AM 01/13 (inclui anterior AM 24/11) Prazo: Dezl13	●○○○○ Está em fase de caracterização das Redes de Água.
---	Encaminhamento das águas pluviais do Ecoparque para a zona antiga de lavagem dos carros vassoura AM 03/11 Prazo: Dezl2	●●●●● Acção concluída

O grau de cumprimento do Programa de Melhoria de 2013, na sua vertente ambiental encontra-se no gráfico seguinte:



/5

DESEMPENHO AMBIENTAL

“Ser eficiente é produzir mais com menos recursos”

A eco-eficiência atinge-se através da oferta de bens e serviços a preços competitivos, que, por um lado, satisfaçam as necessidades humanas e contribuam para a qualidade de vida e, por outro, reduzam progressivamente o impacto ecológico e a intensidade de utilização de recursos ao longo do ciclo de vida, até atingirem um nível, que, pelo menos, respeite a capacidade de sustentação estimada para o planeta Terra (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, BCSD Portugal).

As empresas transformam os recursos naturais que consomem em produtos com valor acrescentado para a sociedade, gerando alguns desperdícios (emissões e resíduos), que se pretendem mínimos. Uma vez que os produtos que devolvemos à sociedade - clínquer (produto intermédio) e cimento - são distintos, não podendo, por isso, ser adicionados para efeitos de cálculo, houve necessidade de se definir o conceito de cimento equivalente (CimEq), que constitui a unidade de referência no cálculo dos índices de eco-eficiência. Em 2013, a fórmula de cálculo do Cimento Equivalente foi alterada de forma a expurgar o efeito dos stocks nos indicadores. Desta forma, realçamos que os índices específicos apresentados não são comparáveis com os apresentados nas Declarações Ambientais anteriores a esta.

A expressão que traduz o conceito de CimEq é a

seguinte:

$$CimEq(t) = \left(\frac{\text{Clínquer Produzido}(t)}{\text{Taxa de Incorporação de Clínquer no Cimento}(\%)} \right)$$

onde

$$\text{Taxa de Incorporação de Clínquer no Cimento}(\%) = \left(\frac{\text{Clínquer consumido}(t)}{\text{Clínquer Produzido}(t)} \right) \times 100$$

Atendendo ao facto do cimento cinzento incorporar, por vezes, clínquer externo (além do que é produzido nas Fábricas), houve também a necessidade de definir o conceito de cru equivalente (CruEq), de modo a conhecer qual a quantidade de cru que seria necessário fabricar se todo o clínquer consumido fosse produzido nas Fábricas. Com efeito, se não se considerasse este CruEq no cálculo dos índices de eco-eficiência, os resultados obtidos acabariam por ser “mascarados” pela quantidade de clínquer recebida do exterior. De facto, conforme o maior ou menor consumo de clínquer externo, a Fábrica apresentaria um melhor ou pior desempenho ambiental, dado que produziria mais ou menos cimento, sem consumir o equivalente em recursos naturais (matérias-primas e energia), independentemente da eficiência do seu processo de fabrico. Conhecendo este valor de CruEq e adicionando-o ao Cru Produzido, é então possível comparar anos diferentes, independentemente da quantidade de clínquer exterior consumido, uma vez que todos os valores se encontram na mesma base. A expressão correspondente é a seguinte:

$$Cru\ Total = Cru\ Produzido + Cru\ Equivalente$$

onde

$$Cru\ Equivalente\ (Cru\ Eq) = \frac{\text{Factor de Transformação Cru/Clínquer}}{\text{Clínquer Recebido}}$$

e

$$\text{Factor de Transformação Cru/Clínquer} = \frac{\text{Cru Consumido}(t)}{\text{Cru Produzido}(t)}$$

/ 5.1 CONSUMO DE RECURSOS NATURAIS



POTENCIAIS IMPACTES AMBIENTAIS POSITIVOS:

/ Reabilitação de habitats naturais

POTENCIAIS IMPACTES AMBIENTAIS

NEGATIVOS:

/ Perturbação da flora, fauna e vida humana

/ Degradação da qualidade visual da paisagem (poluição visual)

/ Contribuição para o esgotamento de reservas naturais não renováveis

/ 5.1.1 RACIONALIZAÇÃO DO CONSUMO DE MATÉRIAS-PRIMAS NATURAIS

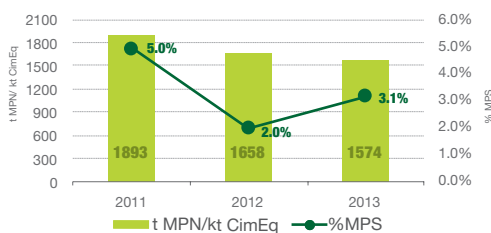
O consumo de matérias-primas naturais diminuiu face a 2012, sendo de 2 230 kt, resultado de uma menor produção de clínquer e de cimento.

De acordo com a nossa Política Ambiental, incorporamos no processo resíduos provenientes de outras indústrias (matérias-primas secundárias), reduzindo desta forma o consumo de matérias-primas naturais e promovendo um destino final mais sustentável para os resíduos que, de outra forma, seriam depositados em aterro.

Contudo, a taxa de utilização de matérias-primas secundárias (MPS) está muito dependente da sua composição e disponibilidade no mercado, o que implica alguma variação da taxa de utilização ao longo dos anos. Em 2013, a taxa de utilização aumentou ligeiramente, mantendo-se na média dos valores dos últimos meses.

O índice específico voltou a diminuir, reflexo do aumento no consumo de resíduos de cal e hidratação de cal, matéria-prima secundária com elevado teor em óxido de cálcio que permite a substituição de calcário e marga no processo.

/ Consumo de matérias-primas naturais (MPN) por tonelada de Cimento Equivalente

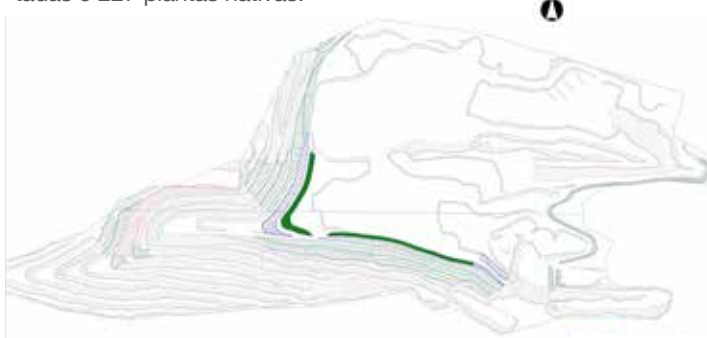


/ 5.1.2 REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DAS PEDREIRAS E PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE

A exploração de pedreiras tem impactes na paisagem, na alteração do relevo, na remoção do solo e do coberto vegetal e na diminuição de refúgios/alimentos para a fauna. Torna-se, portanto, fundamental, a minimização destes impactes e aceleração do processo de colonização natural, através de programas de recuperação da estrutura e funcionamento das comunidades vegetais e animais e dos ecossistemas originais.

Desde 1982 que a fábrica dispõe de um Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP), articulado com o Plano de Lavra, que permite a recuperação das áreas exploradas. As actuações consistem na re-introdução de substrato, no qual se promove a instalação de vegetação herbácea e arbustiva (por hidrossementeira), para controlo imediato da erosão e redução do impacte visual, e se procura favorecer o desenvolvimento de espécies nativas (por plantação), de modo a obter uma aproximação aos ecossistemas envolventes e, deste modo, contribuir para a auto-sustentabilidade do sistema.

Actualmente a Secil encontra-se a cumprir o Programa Trienal 2011-2013, em execução do Plano de Pedreira¹ aprovado. Em 2013, foram recuperados 0,77 ha e plantadas 5 227 plantas nativas.



■ Hidrossementeira
 ■ Plantação
 ■ Manutenção
 ■ Vigilância
 — Limite da Pedreira de Vale de Mós A

Recuperação Paisagística:

Área recuperada total (ha)	39,6
	(2013)
Hidrossementeira (m ²)	7 678
Plantação (m ²)	15 879
Manutenção (m ²)	59 789
Vigilância (m ²)	11 686

¹Documento técnico composto pelo Plano de Lavra e pelo Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP).

Flora

Desde 1997, que a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCUL) colabora com a Secil no âmbito do Projecto de Gestão Ecológica de Áreas Degradadas em Pedreiras Calcárias. Os trabalhos incidem maioritariamente no estudo da vegetação, mas também sobre o solo, uma vez que a evolução deste condiciona inevitavelmente o desenvolvimento das plantas. Os resultados têm contribuindo para a melhoria dos programas de recuperação das áreas exploradas nas pedreiras da Secil-Outão.

Na sequência dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos pela FCUL, e no âmbito do Protocolo vigente “Acompanhamento Científico para a Gestão Ecológica de Áreas a Recuperar nas Pedreiras da Secil-Outão” (2012-2014), em 2013 deu-se continuidade às acções definidas no início do Protocolo. De acordo com o plano de trabalhos previsto, realizaram-se 96% do plano, que corresponde a 46 acções realizadas (são 48 acções no total).

Os trabalhos incidiram nas monitorizações de campo (Primavera e Outono) referentes às tarefas do Protocolo, monitorização das hidrossementeiras e plantações. Foi, ainda, concluída a tarefa 2.1.3, com a produção do documento de apoio para a produção de espécies em viveiro. Considerando urgente a implementação de acções de minimização do impacto das espécies invasoras na Secil-Outão, foi antecipada a elaboração do principal documento resultante da tarefa - Medidas de prevenção, controlo e/ou erradicação.

/ Distribuição dos 40 pontos para inventariação por buffer de distância à propriedade da Fábrica Secil-Outão.



Fauna

Desde 2007 que a componente faunística integra o PARRP, com o “Estudo e Valorização da Biodiversidade, Componente da Fauna”, em parceria com a Universidade de Évora, envolvendo cinco grupos faunísticos: insectos; anfíbios; répteis; aves e mamíferos.

Decorre actualmente a 3ª fase do estudo (2011- 2014) de modo a dar continuidade às acções implementadas, respectiva monitorização e monitorização da fauna em geral. A 3ª fase do Plano de Acção contempla ainda a realização de duas extensões ao projecto:

/ Extensão 1: Enquadramento da biodiversidade da Secil-Outão na sua envolvente;

/ Extensão 2: Conectividade-movimentos do ratinho-do-campo (*Apodemus sylvaticus*) numa área de elevada fragmentação.

Em 2013, foram implementadas 29% das acções, que corresponde a 81 acções realizadas (são 275 acções no total), no âmbito do apoio técnico-científico e monitorização. Foram ainda realizadas acções referentes a dois casos-estudo: (1) Comparação da abundância de répteis e micromamíferos em zonas de incremento de refúgio; (2) Fomento da densidade de anfíbios; e a Extensão I. Enquadramento da Biodiversidade na Secil-Outão na sua envolvente.

Relativamente à Extensão I, e após reunião e aprovação do Parque Natural da Arrábida (PNA) do plano de trabalhos, os levantamentos de campo tiveram início em Março de 2013, que coincidiu com o 3º inventário de amostragem geral da fauna na propriedade da Secil. Fora da propriedade foram seleccionados 40 locais de amostragem, inseridos numa área de 5000 metros de distância da propriedade da Secil. Este estudo inclui os seguintes grupos/espécies (morcegos, mamíferos carnívoros, coelho, javali, aves de rapina, aves nocturnas, passeriformes e borboletas).

- Locais de amostragem
- Limite propriedades Secil
- Área de estudo
- PNA

/ 5.2 CONSUMO DE ENERGIA

Do ponto de vista energético, o fabrico do cimento é um processo extremamente exigente, uma vez que incorpora elevadas quantidades de energia térmica (sobretudo na fase de clínquerização) e eléctrica (nas diversas fases de moagem).

O objectivo da sua redução, nas suas duas componentes, é simultaneamente uma preocupação ambiental assim como uma necessidade económica, contribuindo para a garantia da sustentabilidade do negócio.

Em 2013, foi dada continuidade ao projecto “Optimização da Eficiência Energética nas fábricas de cimento em Portugal”, iniciado em 2012. Este projecto tem como objectivo reduzir o consumo de energia térmica e eléctrica através da optimização/substituição de equipamentos e redes de *utilities* e de medidas que permitam o aumento da taxa de substituição de combustíveis alternativos.

/ 5.2.1 ENERGIA TÉRMICA

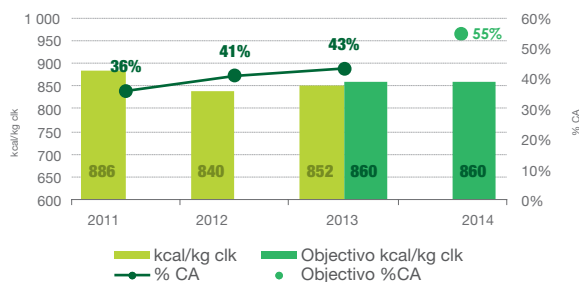


POTENCIAIS IMPACTES AMBIENTAIS NEGATIVOS
/ Contribuição para o esgotamento de reservas naturais não renováveis
/ Contribuição para o aquecimento global

O consumo de energia térmica, necessária para o fabrico do clínquer, resulta da combustão de combustíveis dentro dos fornos. A Fábrica Secil-Outão tem vindo, desde 2004, a substituir os combustíveis fósseis tradicionais (coque de petróleo e carvão) por combustíveis alternativos, nomeadamente resíduos vegetais, pneus usados, CDR e resíduos industriais perigosos, ao que chamamos Valorização Energética de Resíduos.

Contudo, o crescente aumento da taxa de substituição de combustíveis alternativos, apesar das vantagens inerentes (ver capítulo 5.4.2), resulta num menor rendimento energético, razão pela qual o consumo térmico apresentava uma tendência crescente até 2011. Em 2013, o consumo térmico, por tonelada de clínquer, aumentou em resultado na diminuição do conteúdo energético dos combustíveis alternativos, mantendo-se no entanto abaixo do objetivo definido. Face aos resultados de 2013, e considerando a manutenção dos problemas relativos à qualidade dos combustíveis alternativos, manteve-se o objetivo de 860 kcal/kg clk para 2014.

/ Evolução do consumo térmico por tonelada de clínquer com a taxa de substituição de combustíveis alternativos



/ 5.2.2 ENERGIA ELÉCTRICA

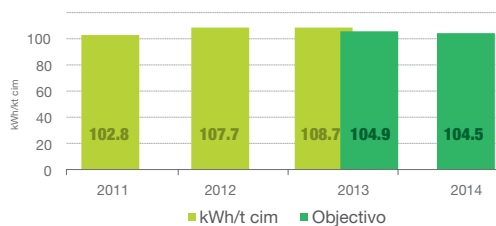


POTENCIAIS IMPACTES AMBIENTAIS NEGATIVOS
/ Contribuição para o esgotamento de reservas naturais não renováveis
/ Contribuição para o aquecimento global

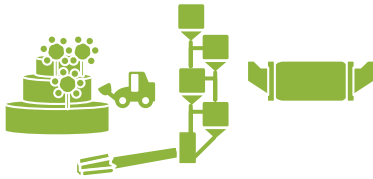
O consumo específico de energia eléctrica está muito dependente do mix de cimentos produzido, dado que os cimentos de alta resistência consomem mais energia na fase de moagem que os outros cimentos.

Em 2013, o consumo específico de energia eléctrica por tonelada de cimento aumentou ligeiramente, não tendo sido atingido o objectivo definido. O aumento do consumo específico está relacionado com: i) menor produção de clínquer e cimento, que implica uma menor diluição do consumo de energia não afecta directamente à produção; e, ii) maior incorporação de clínquer no cimento, resultante de alguns constrangimentos de qualidade ao nível das resistências mecânicas.

/ Consumo de Energia Eléctrica por tonelada de Cimento



/ 5.3 CONSUMO DE ÁGUA

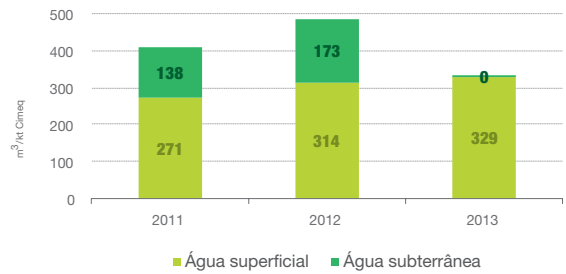


POTENCIAIS IMPACTES AMBIENTAIS NEGATIVOS /Contribuição para o esgotamento de reservas não renováveis

A água utilizada nas instalações fabris provém de uma captação de água superficial no Rio Sado (AC4) e de três captações de água subterrânea (AC2, AC3 e AC5), devidamente licenciadas pela entidade competente. Apenas uma das captações subterrâneas se destina à produção de água para consumo humano. A restante água captada é utilizada na rega dos viveiros, na recuperação paisagística das Pedreiras e na humidificação dos caminhos de “terra” na época seca (como forma de minimização da emissão difusa de partículas) e para arrefecimento de algumas máquinas e equipamentos. Em 2013, o consumo de água subterrânea diminuiu de 520 613 m³, em 2012, para 517 244 m³.

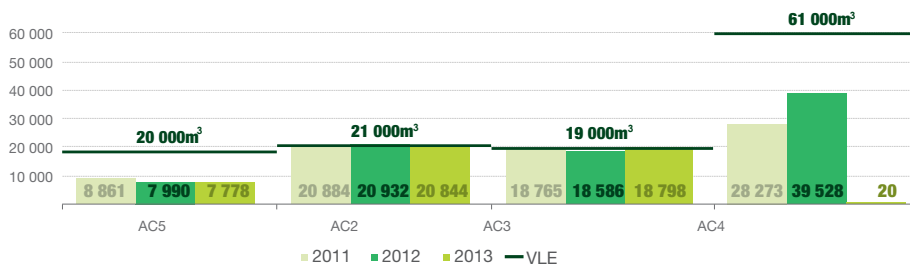
No entanto, esta redução não se reflectiu no índice específico, fruto de uma menor produção de clínquer. De salientar que, apesar de parte da água ser utilizada para fins industriais, a água utilizada para a recuperação paisagística não está afectada à produção, razão pela qual, o índice específico pode aumentar quando a produção diminui. A partir de Fevereiro de 2013, o arrefecimento dos compressores na via húmida passou a ser feito com água industrial tratada, pelo que captação superficial (AC4) não foi utilizada.

/ Consumo de água por tonelada de cimento equivalente

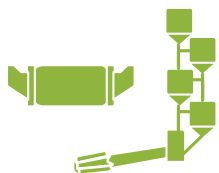


/ Comparação do Volume Máximo Mensal Extraído com o Valor Limite de Extração (VL), por fonte de captação

Tanto a extracção de água subterrânea como a de água superficial está sujeita a um valor limite (VL) de extracção mensal, que não deverá ser ultrapassado. Apesar de, em alguns meses, sobretudo nos meses de Verão, o valor extraído estar muito próximo do valor limite, estes não foram ultrapassados.



/ 5.4 EMISSÕES ATMOSFÉRICAS



POTENCIAIS IMPACTES AMBIENTAIS NEGATIVOS
 / Contribuição para o aumento de ozono troposférico
 / Degradação da qualidade do meio receptor (água /solo/ar)
 / Perturbação da flora, fauna e vida humana
 / Contribuição para o aquecimento global

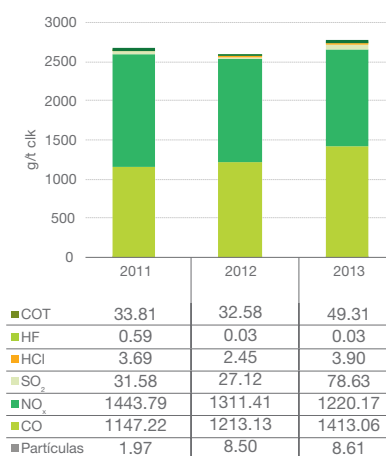
/ 5.4.1 EMISSÕES FIXAS

As principais fontes fixas de emissão encontram-se associadas aos fornos de clínquer e aos moinhos de cimento e carvão, sendo susceptíveis de originar poluição, no ambiente exterior à unidade fabril.

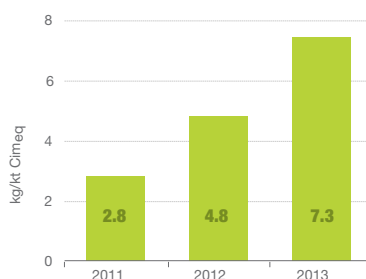
Para a monitorização das emissões de gases e partículas, a Fábrica encontra-se equipada com analisadores de gases e opacímetros, que permitem efectuar medições em contínuo aos vários poluentes provenientes dos fornos, fontes fixas de maior caudal.

/ Emissão de poluentes por tonelada de Cimento Equivalente

/ Fornos (Partículas, CO, NO_x, SO₂, HCl, HF e COT)

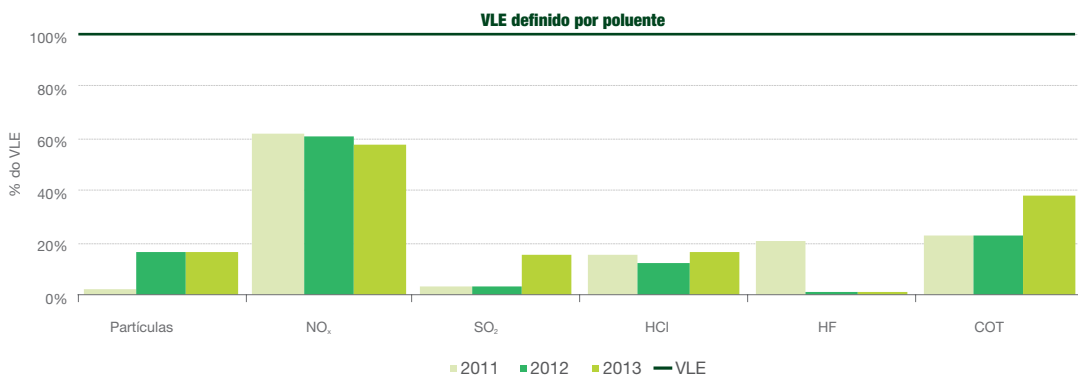


/ Moinhos de carvão e cimento (Partículas)



Tal como se pode verificar nos gráficos anteriores a emissão dos fornos, por tonelada de clínquer produzido, subiu face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento das emissões de CO. Relativamente aos moinhos de carvão e cimento, a emissão de partículas, por tonelada de cimento equivalente, aumentou em resultado da normal evolução do desempenho do sistema de despoeiramento. De qualquer modo, mantém-se inferior aos valores dos anos 2009 e 2010 (7 e 8 kg/tcimeq, respectivamente).

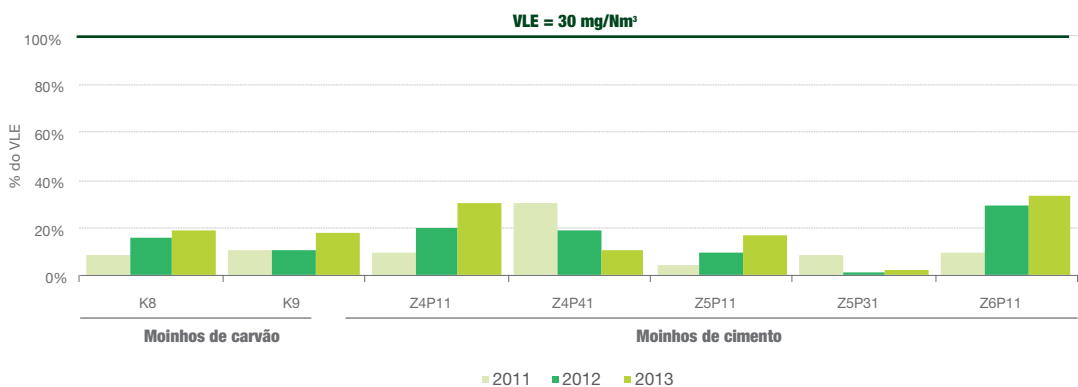
/ Percentagem de emissão de poluentes face ao VLE, nos fornos



VLE - Valores Limite de Emissão (mg/Nm³)
 Partículas: 20 / NO_x: 800 / COT: 50 / SO₂: 250 / HCL: 10 / HF: 1

Em 2013, a maioria dos poluentes mantiveram uma emissão na mesma ordem de valores do ano anterior tal como se pode verificar nos gráficos acima. Apenas o SO₂ e o COT tiveram um aumento mais significativo, contudo encontra-se cerca de 60% abaixo do VLE. Para além dos fornos, também monitorizamos em contínuo as emissões de partículas dos moinhos de carvão e cimento, que à semelhança dos fornos cumprem os valores limites de emissão definidos na Licença Ambiental. Acresce-se ainda o facto de no caso dos fornos não terem sido excedidas as 60 horas anuais permitidas por lei e no caso dos moinhos as 170 horas anuais.

/ Percentagem de emissão de partículas face ao vle, nos arrefecedores moinhos de carvão e cimento



Ao abrigo da Licença Ambiental, efectuamos anualmente a monitorização pontual das emissões dos fornos, para um conjunto de poluentes que não é possível monitorizar em contínuo. Os resultados das duas campanhas efectuadas encontram-se no quadro seguinte.

RESULTADOS DA MONITORIZAÇÃO PONTUAL DOS FORNOS – 2013

Campanha	Data	Dioxinas e furanos (I-Teq) (ng/Nm ³)	Mercúrio (mg/Nm ³)	Soma Cd + Tl (mg/Nm ³)	Soma de Sb a V (mg/Nm ³)	Cr Total (mg/Nm ³)	Cr ⁶⁺ (mg/Nm ³)
Forno 8							
1 ^a	2013 05	0,0029	0,0036	0,0005	0,0240	0,00036	< 0,00017
2 ^a	2013 12	0,0032	0,0012	0,0009	0,0159	0,0009	< 0,0004
Forno 9							
1 ^a	2013 07	0,0020	0,0012	0,0017	0,0293	0,0004	< 0,0005
2 ^a	2013 11	0,0019	0,0016	0,0005	0,0099	0,0002	< 0,0003
Valores Limite de Emissão		0,1	0,05	0,05	0,5		

Tal como se pode verificar, todos os valores se encontram abaixo dos VLE.

5.4.2 EMISSÕES DE CO₂ | RESPONSABILIDADE CLIMÁTICA

Em resposta ao desafio das alterações climáticas, temos vindo a desenvolver um conjunto de medidas no sentido de reduzir as emissões específicas de CO₂. Estas medidas passam pela redução da taxa de incorporação de clínquer necessária ao fabrico de cimento, pelo aumento do consumo de combustíveis alternativos e de matérias-primas descarbonatadas, e pela diminuição do consumo térmico específico.

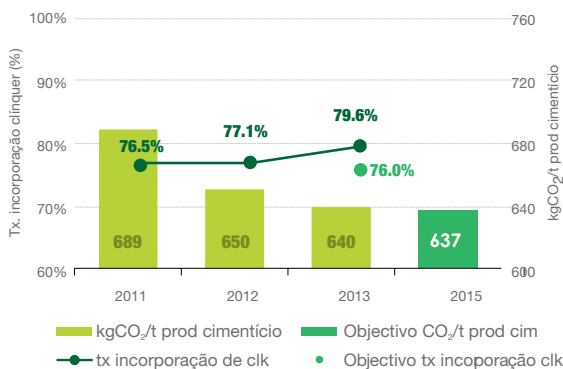
Taxa de incorporação de clínquer

Temos vindo a promover a utilização de cimentos de tipo II (cimentos compostos), em substituição dos cimentos de tipo I, salvaguardando algumas situações excepcionais em que se torna necessário assegurar a compatibilidade com a aplicação específica. Desta medida resulta uma menor intensidade de carbono do produto e um menor consumo de energia eléctrica na operação de moagem.

Em 2013, o objectivo para a taxa de incorporação de clínquer era, no máximo, de 76%, não tendo sido atingido, tendo-se obtido o valor de 79,6%.

Foi estabelecido como objectivo estratégico Secil a redução em 15% até 2015 das emissões específicas de CO₂ por tonelada de produto cimentício, tendo por base os valores verificados em 1990, isto é, alcançar o valor de 637 kgCO₂/t produto cimentício. Em 2013, conseguimos alcançar a redução de 15%, resultado da diminuição das emissões específicas de CO₂ por tonelada de clínquer.

/ Relação entre as Emissões de CO₂ por tonelada de produto cimentícios e a taxa de incorporação de clínquer



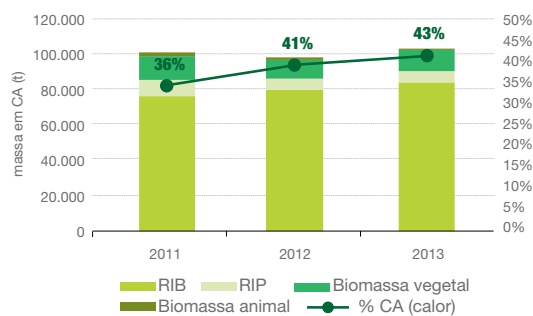
Valorização de resíduos como combustíveis alternativos

O consumo de combustíveis alternativos tem vindo a aumentar ao longo dos anos, trazendo consigo vantagens ambientais ao nível da redução das emissões específicas de CO₂, diminuição do consumo de combustíveis fósseis e diminuição da quantidade de resíduos que, de outra forma, seriam depositados em aterro.

Valorização de resíduos como combustíveis alternativos

O consumo de combustíveis alternativos tem vindo a aumentar ao longo dos anos, trazendo consigo vantagens ambientais ao nível da redução das emissões específicas de CO₂, diminuição do consumo de combustíveis fósseis e diminuição da quantidade de resíduos que, de outra forma, seriam depositados em aterro.

/ Evolução do consumo de combustíveis alternativos (em massa e calor)



Em 2013, o objectivo era atingir 55% de substituição de combustíveis alternativos, contudo a taxa de substituição média anual foi de apenas de 43%, resultado da qualidade dos combustíveis alternativos utilizados, nomeadamente a fileira de CDR. Face à manutenção das condições de qualidade dos CDR, o objectivo de substituição de combustíveis alternativos manteve-se nos 55% para 2014.

5.4.3 EMISSÕES DIFUSAS

As emissões difusas de partículas resultam principalmente das operações de transporte, ar-

mazenagem e manuseamento das matérias-primas, combustíveis sólidos, clínquer e cimento. Devido às baixas temperaturas, altura e velocidade com que são emitidas, assim como à sua granulometria, estas emissões têm maior incidência no interior da unidade fabril. Ao longo de toda a cadeia de fabrico existe mais de uma centena de equipamentos de despoeiramento (filtros de mangas), desde a extracção até à ensacagem, que permitem a recolha das partículas e a sua reintrodução no processo, sendo, desta forma, reutilizadas.

No sentido de diminuir/eliminar estas emissões, dispomos de aspiradores industriais, cisternas de rega e varredoras mecânicas. Além destes equipamentos, na época estival, utilizamos o método de aspersão de água nos caminhos por onde passa a frota de Pedreira.

Dispomos ainda de uma Rede de Monitorização da Qualidade do Ar, a qual permite monitorizar, em contínuo, outros poluentes como o PM₁₀, PM_{2,5}, SO₂, NO₂, O₃ e CO. Esta rede de monitorização permite avaliar a eventual influência das emissões de partículas da Fábrica na qualidade do ar ambiente da zona envolvente. Os resultados dessa monitorização encontram-se na tabela seguinte, na base anual.



/ Estufas da Fábrica Secil-Outão

RESULTADOS DA MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DO AR - 2013

Estação de monitorização	PM ₁₀ [µg/m ³]	PM _{2,5} [µg/m ³]	SO ₂ [µg/m ³]	NO ₂ [µg/m ³]	O ₃ [µg/m ³]	CO [µg/m ³]
Quinta da Murteira	14	8,5	2,4	6,9	70	355
Hospital do Outão	24	6,9	2,4	14,0	79	362
São Filipe	a	a	1,1b	8,6 b	72	178
Tróia	20	9,1	2,7	9,8	65	210
São Luís	8	2,8	1,1	7,1	61	a
Valor Limite	40	27	20	40	-	-

- sem analisador para o poluente em questão. b - valores acumulados a Out/13, dado que os analisadores foram desactivados em Nov/13

PM₁₀, SO₂ e CO - valores limite estipulados pelo Decreto-lei n.º 111/202, de 16 de Abril; O₃ - valor limite estipulado pelo Decreto-lei n.º 320/2003, de 20 de Dezembro; PM_{2,5} - valores recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS)

A rede não avalia de forma exclusiva o impacto das emissões difusas da fábrica uma vez que, pela sua localização as estações de monitorização da qualidade do ar medem igualmente as emissões da rede viária e de outras unidades industriais da península de Setúbal.

Tal como se pode verificar no quadro anterior, os valores médios anuais das emissões difusas não excederam os limites legais em nenhum parâmetro.

/ 5.5 PRODUÇÃO DE RESÍDUOS



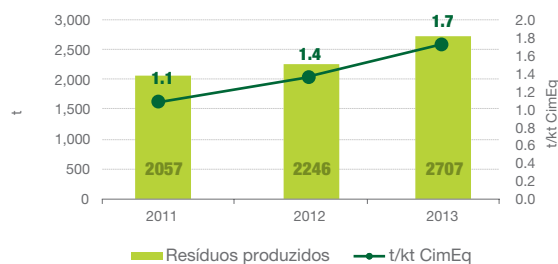
POTENCIAIS IMPACTES AMBIENTAIS POSITIVOS
/ Aumento da disponibilidade de recursos
POTENCIAIS IMPACTES AMBIENTAIS NEGATIVOS

/ Contaminação do meio receptor natural (água/solo/ar)
/ Ocupação de solo

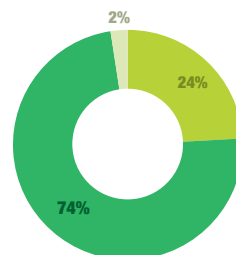
A produção de resíduos na indústria cimenteira não é significativa, estando directamente relacionada com obras de investimentos realizados em cada ano nas instalações.

Os resíduos gerados são recolhidos e armazenados de forma individualizada nos devidos locais (eco-parque e parque da sucata), sendo estes, sempre que as suas características o permitam, valorizados internamente. Caso não seja possível a sua valorização interna, são encaminhados para operadores licenciados para a sua gestão, privilegiando-se as soluções de valorização, em detrimento das soluções de eliminação pura e simples.

/ Resíduos produzidos enviados para destino final



/ Resíduos enviados para destino final



■ Valorização interna ■ Valorização Externa ■ Eliminação extrema

A quantidade de resíduos produzidos aumentou 21% face a 2012, tendo a percentagem global de resíduos valorizados aumentado para 98% (24% de valorização interna e 74% de valorização externa).

No período compreendido entre 2011 e 2013, a produção de resíduos representou, em média, cerca de 0,20% da produção total de cimento.

Na qualidade de fabricante de produto embalado, cujas embalagens não são reutilizáveis (sacos de papel e plástico), de entre as soluções previstas na lei vigente, optámos pela adesão a um Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (Certificado n.º 2013/0006051), nomeadamente a Sociedade Ponto Verde, com quem estabelecemos um contrato, em vigor desde 1998.

/ 5.6 EMISSÃO DE RUÍDO PARA O EXTERIOR



**POTENCIAIS IMPACTES
AMBIENTAIS NEGATIVOS**
/ Incomodidade

No mês de Outubro de 2013 foram realizadas medições de ruído ambiente, cujas conclusões foram as seguintes: “A actividade da Fábrica Secil do Outão não apresenta impacte sonoro significativo nos receptores sensíveis potencialmente mais afectados, cumprindo integralmente as disposições do Regulamento geral do Ruído (Deceto-Lei n.º 9/2007) durante o seu horário de funcionamento”.

/ 5.7 PRODUÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS



**POTENCIAIS IMPACTES
AMBIENTAIS NEGATIVOS**
/ Contaminação do meio receptor natural
(água/solo/ar)
/ Degradação da qualidade do meio receptor
(água/solo/ar)

A monitorização das águas residuais é realizada de acordo com o seguinte Plano de Monitorização.

Parâmetros

pH
CBO ₅ (20° C)
CQO
SST
Coliformes Fecais
Azoto Total
Fósforo Total
Óleos e Gorduras
Óleos Minerais
Temperatura
Condutividade
COT
Fenóis
Ferro Total
Crómio Total
Chumbo Total
Cobre Total
Arsénio Total
Cádmio Total
Niquel Total
Mercúrio Total

Frequência Amostragem																								
Mensal	Trimestral	Semestral										Anual												
ETAR A																								
ETAR C																								
ETAR L																								
ETAR F																								
ETAR I																								
ETAR M																								
Fossa 19																								
SH3/SH4 (*)																								
EH6 - Captação																								
EH6 - Rejeição																								
Rio Sado																								
ETAR B																								
ETAR E																								
ETAR G																								
ETAR H																								
ETAR K																								
ETAR N																								
ETAR O																								
ETAR P																								
Fossa 1																								
Fossa 2																								
Fossa 18																								
Fossa 20																								
Fossa 21																								
Fossa 22																								
SH2																								
SH6																								
SH7																								
EH6 - Captação																								
EH6 - Rejeição																								
ETA																								
EH6 - Captação																								
EH6 - Rejeição																								
SH3/SH4																								
SH6																								
SH7																								
ETA																								

(*) A totalidade anual das amostragens não deve ser inferior a duas

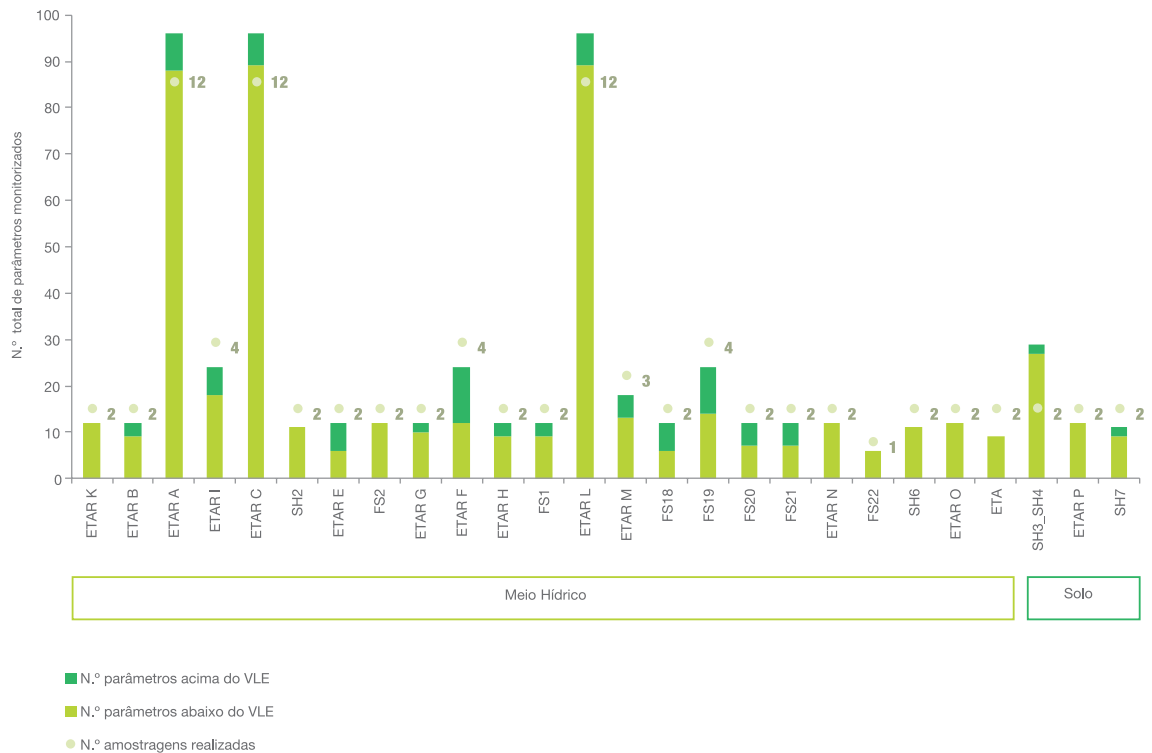
○ Amostra simples

● Amostra composta

/ Localização dos pontos a monitorizar



FS - Fossa Séptica
 ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais
 SH - Separador de Hidrocarbonetos
 ETA – Estação de Tratamento de Água
 Captação superficial / Rejeição de águas de arrefecimento



NOTA: Captação superficial/Rejeição de águas de arrefecimento: Como o arrefecimento dos compressores na via húmida passou a ser feito com água industrial tratada, durante o ano 2014 a captação superficial não foi utilizada, pelo que não se verificou rejeição de águas e, conseqüentemente, não foi possível proceder à monitorização neste local.

A Fábrica Secil-Outão, como qualquer unidade de produção de cimento cujo processo de fabrico seja por “via seca”, não gera águas residuais de processo. No entanto, e devido à necessidade de dispor de instalações de suporte à produção, nomeadamente um refeitório, balneários e instalações sanitárias (incluindo um bairro social), existem águas residuais que são encaminhadas e tratadas em 22 fossas e 17 mini ETAR, devido à dispersão das instalações, desnível e dificuldade de instalar rede subterrânea. Neste momento a população fabril (colaboradores internos e externos) é inferior a 200 pessoas, operando parte delas em horário de turno. Por outro lado as águas residuais produzidas nas oficinas e parques de armazenamento de resíduos são tratadas por 7 separadores de hidrocarbonetos.

De referir que os referidos sistemas de tratamento são de pequena dimensão e recebem cargas orgânicas relativamente baixas. Fazendo os cálculos da carga mássica diária com base nos valores de CBO_5 obtidos nas análises, verifica-se que a descarga de águas residuais domésticas “global da fábrica” representa menos de 35 hab equivalentes (considerando o valode de 60g CBO_5 /dia por habitante equivalente). Os parâmetros que, pontualmente, ultrapassam os respectivos VLE, podem ser justificados pelas seguintes razões:

- / Cargas pontuais mais elevadas;
- / Caudais intermitentes e reduzidos;
- / Dificuldade na amostragem (acumulação de lamas nas caixas);
- / Falhas/avarias do equipamento de arejamento.

	Caudal Máximo (estimado)	Carga Orgânica (kg/ano)
Fossas Sépticas		
FS1	0,08 m³/dia	2,07
FS2	0,60 m³/dia	3,80
FS18	0,20 m³/dia	15,11
FS19	1,29 m³/dia	75,90
FS20	0,48 m³/dia	49,91
FS21	0,08 m³/dia	7,31
FS22	0,48 m³/dia	176,41
Estação de Tratamento de Águas Residuais		
ETAR K	0,12 m³/dia	0,29
ETAR B	0,20 m³/dia	237,97
ETAR A	8,00 m³/dia	17,80
ETAR I	3,36 m³/dia	430,24
ETAR C	25,00 m³/dia	69,78
ETAR E	0,48 m³/dia	76,93
ETAR G	0,32 m³/dia	110,85
ETAR F	2,48 m³/dia	402,73
ETAR H	0,36 m³/dia	59,25
ETAR L	15,00 m³/dia	40,17
ETAR M	1,60 m³/dia	331,80
ETAR N	0,16 m³/dia	1,29
ETAR O	0,32 m³/dia	9,85
ETAR P	1,40 m³/dia	158,45
Separadores Hidrocarbonetos		
SH2	6 L/s	88,39
SH3/SH4	26,68 m³/dia	6377,78 (a)
SH6	3 L/s	101,04
SH7	3,00 m³/dia	480,71
Estação de Tratamento de Água		
ETA	21,67 m³/dia	52,78

(a) A carga orgânica obtida deveu-se a um valor elevado de CQO na amostragem realizada em Outubro no ponto SH3/SH4 (local de descarga de águas pluviais potencialmente contaminadas, provenientes do parque de sucata), o qual foi considerado um resultado aberrante, tendo em conta o histórico de monitorização neste ponto.

/ 5.8 TRANSPORTE

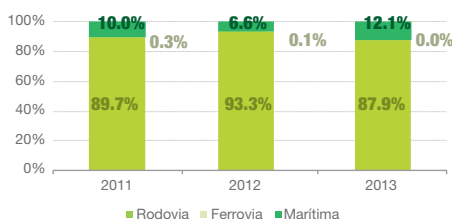


POTENCIAIS IMPACTES AMBIENTAIS NEGATIVOS
 / Degradação da qualidade do meio receptor (água/solo/ar)
 / Contaminação do meio receptor natural (água/solo/ar)
 / Contribuição para o esgotamento de reservas naturais não renováveis

O nosso Departamento Comercial privilegia, sempre que possível, o transporte por via marítima ou ferroviária, em detrimento da via rodoviária, por razões ambientais e de afectação das populações das localidades situadas nas estradas actualmente utilizadas. A estratégia Secil de comercialização do produto foi re-

ajustada, tendo em conta as capacidades instaladas e a localização geográfica do mercado e das instalações. Na Fábrica Secil-Outão, privilegiou-se o transporte marítimo para responder ao mercado externo/exportação e ainda e ao mercado ilhas e distribuição para os entrepostos, razão pela qual a percentagem de produto expedido por esta via tem vindo a aumentar.

/ Expedição de Clínquer e Cimento



/6 EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS

Durante o ano ocorreram 7 situações de emergência ambiental (potencial ou real), sendo que cinco estiveram relacionadas com incêndios e duas corresponderam a fuga de fluído frigogénico. Duas das situações de emergência verificadas foram devidamente comunicadas à autoridade competente.

cas na área da sustentabilidade. Teve 4 publicações no ano de 2013:

N.º 11 – Biomonitorização da Qualidade do Ar

N.º 12 – Alterações Climáticas - Balanço 2005-2012

N.º 13 – Alterações Climáticas - Período de Compromisso 2013-2020

N.º 14 – Biodiversidade no Grupo Secil



COMUNIDADE

Reclamações Ambientais

Em 2013 registou-se uma reclamação ambiental, relativa às vibrações resultantes do desmonte na pedreira. Esta reclamação ambiental foi devidamente tratada no âmbito do Sistema de Gestão Integrado.

Pedidos de Parte Interessada

São considerados pedidos de parte interessada (PPI's), todos os tipos de pedidos de esclarecimento, informação ou cooperação, efectuados com indivíduos, grupos ou entidades externos à organização, relacionados ou influenciados pelo desempenho dos Sistemas de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança.

Em 2013 foram recebidos 3 PPI's formais na Fábrica do Outão de carácter ambiental e de segurança decorrentes de projectos de investigação/estudos:

/ Pedidos de colaboração para estudos/teses e inquéritos;

/ Pedidos de dados vários.

Considerando os pedidos de visitas por diversas escolas e instituições ou outras associações, durante o ano de 2013, na Fábrica do Outão foram recebidos 383 visitantes. Para além das visitas realizadas à Fábrica, decorreu entre Julho e Agosto de 2013 a Feira de Sant'iago onde a Secil contou com a presença de 1300 visitantes no seu Stand Interactivo.

Feira de Sant'iago

Entre 20 de Julho e 4 de Agosto de 2013 decorreu a Feira de Santiago, em Setúbal, onde a Secil, pela

/7 COMUNICAÇÃO COM AS PARTES INTERESSADAS



/ COLABORADORES INTERNOS

Folheto

“Prevenção Contra Incêndios Florestais”

Em 2013, procedeu-se a uma campanha de “Prevenção Contra Incêndios Florestais” com o objectivo de despertar um sentimento de protecção à floresta, dando especial ênfase à Serra da Arrábida. A Secil teve como foco a consciencialização das pessoas para que a sua contribuição incida na prática de gestos individuais de protecção da floresta e no alerta de actos potencialmente perigosos para a ocorrência de incêndios.

“Funâmbulo”

O Funâmbulo é uma publicação, em formato de folheto, com carácter trimestral, e tem por objectivo divulgar/comunicar informação sobre várias temáti-

primeira vez, esteve presente com um stand. O tema central deste ano foi “À Luz da Arrábida” foi o tema central deste ano, no âmbito da candidatura a Património Mundial da Unesco.

A participação da Secil na Feira de Sant’iago, considerada a mais antiga do sul do país, proporcionou a proximidade da empresa com a comunidade setubalense num contexto menos habitual. Os mais de 1300 visitantes do stand Secil tomaram conhecimento do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido para a sustentabilidade da actividade da empresa, as iniciativas para a recuperação paisagística e preservação da biodiversidade e, ainda, a área de negócios e países onde a empresa está presente.

A Secil aproveitou esta oportunidade para dar a conhecer a recuperação paisagística das pedreiras, o impacto económico da empresa na região e a compatibilidade da actividade da Secil com a Candidatura da Arrábida a Património Mundial aos milhares de visitantes.

Com esta presença a Secil dá continuidade a uma política de proximidade, interacção e comunicação transparente com os seus parceiros, nomeadamente as comunidades locais, e assim também conhecer quais as suas expectativas em relação à empresa.

Comissão de Acompanhamento Ambiental

Em 2013 foram realizadas na Fábrica Secil-Outão 4 reuniões de CAA.

Os resultados obtidos até agora com o funcionamento deste mecanismo continuam a revelar-se muito positivos, na medida em que a Empresa passa a deter um processo regular de escuta e acolhimento de preocupações e comentários de elementos da chamada sociedade civil que, num clima de grande franqueza e cooperação, ajudam a introduzir melhorias nas fábricas e elevar o padrão de reporte e de disponibilização de informação ao público, o que acaba por aumentar o nível de confiança das organizações e da população na nossa actuação. Entre os vários temas abordados nas reuniões, destacam-se a apresentação e discussão dos desempenhos ambientais e dos indicadores de segurança.

Secil apoia Documentário sobre a Arrábida

“Arrábida – Da Serra ao Mar” é o título do documentário sobre os animais, as plantas e os locais sublimes do Parque Natural da Arrábida, da autoria dos fotógrafos de natureza Luís Quinta e Ricardo

Guerreiro. A Secil contribuiu para a viabilização deste documentário que foi transmitido na SIC no dia 6 de Janeiro. O filme conta a história das várias espécies selvagens, algumas únicas no mundo, que habitam esta região candidata a Património da Humanidade.

Secil e Arrábida Património Mundial em Debate

A Secil aceitou o convite do Movimento Pensar Setúbal, constituído por um grupo de setubalenses que pretende intervir civicamente na região, para participar num debate intitulado “A co-incineração de resíduos perigosos e a candidatura da Arrábida a Património Mundial”, o qual teve lugar no Club Setubalense, no dia 5 de Março.

Jornadas ATIC - Reabilitação Urbana tem condições para avançar

A ATIC – Associação Técnica do Cimento realizou no CCB as Jornadas do Cimento subordinadas ao tema “Reabilitação”, debatendo as perspectivas que se colocam ao sector da construção no que respeita à importância do início de várias operações de requalificação urbana de centros históricos, reabilitação de equipamentos públicos e manutenção de vias de comunicação, concluindo que estão reunidas condições para os decisores públicos e privados encetarem a realização de múltiplos projectos, após se conseguir simplificar a excessiva regulamentação técnica, que impede a adopção de soluções inovadoras, económicas e mais adaptadas ao mercado nacional.

/8

NOVOS DIPLOMAS LEGAIS E ACÇÕES IMPLEMENTADAS

Da legislação ambiental publicada em 2013, destacam-se os seguintes como os mais relevantes para a actividade.

- Implementado
- Pendente (por entidades externas)
- Com plano de acções a decorrer

/ DECRETO-LEI N.º 127/2013 DE 30 DE AGOST

Estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos, transpondo a Directiva n.º 2010/75/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro de 2010, relativa às emissões industriais.

O processo de renovação da Licença Ambiental do Outão já foi efectuado de acordo este novo decreto-lei, tendo sido submetido junto ao processo um *Baseline Report*.

/ DECRETO-LEI N.º 38/2013 DE 15 DE MARÇO

Regula o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa a partir de 2013, concluindo a transposição da Directiva n.º 2009/29/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, a fim de melhorar e alargar o regime comunitário de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa.

Todas as instalações Secil dispõem de um TEGEE actualizado de acordo com as novas regras do CELE para o período de 2013-2020.

/ LEI N.º 26/2013 DE 11 DE ABRIL

Regula as actividades de distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos para uso profissio-

nal e de adjuvantes de fitofarmacêuticos, transpondo a Directiva n.º 2009/128/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro, que estabelece um quadro de acção a nível comunitário para uma utilização sustentável de pesticidas, e revogando a Lei n.º 10/93, de 6 de Abril, e o decreto-lei n. 173/2005, de 21 de Outubro.

Não houve necessidade de alteração das rotinas anteriormente já utilizadas.

/ REGULAMENTO (UE) N.º 389/2013 DE 2 DE MAIO DE 2013

Estabelece o Registo da União nos termos da Directiva 20013/87/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e das Decisões n.º 280/2004/CE e n.º 406/2009/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

O presente Regulamento entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação e é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Todas as contas de depósito do operador das instalações Secil foram transferidas pela APA para o Registo da União.

/ REGULAMENTO N.º 207/2013 DE 3 DE JUNHO

Regula os princípios e as regras aplicáveis às diferentes operações urbanísticas previstas no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação. Este Regulamento aplica-se à área do município de Setúbal, sem prejuízo da demais legislação em vigor nesta matéria e do disposto nos planos municipais de ordenamento do território em vigor.

Não houve necessidade de adaptação das estruturas já existentes a este Regulamento.

/9

PROGRAMA DE MELHORIA 2014

De seguida apresentam-se as acções de melhoria introduzidas no Programa de Melhoria e que serão desenvolvidas a partir de 2014.

ID	Aspecto / impacte ambientais	Objectivo	Meta	Designação da Acção de Melhoria
1	Organização e Limpeza	Melhorar as instalações de tratamento de sementes e estufa	Instalações recuperadas	Recuperação da estufa dos viveiros AM 05/14 Prazo: Mar15

/10

GLOSSÁRIO

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

Aspecto ambiental – Elemento das actividades, serviços ou produtos da organização que pode interagir com o ambiente.

Biodiversidade – Descreve a riqueza e a variedade do mundo natural; compreende a diversidade de organismos de uma mesma espécie, entre espécies e ecossistemas. Também designada por diversidade biológica.

Biomassa – Matéria vegetal proveniente da agricultura ou da silvicultura, que pode utilizar-se como combustível para efeitos de recuperação do teor energético. Incluem-se nesta definição, desde que utilizados como combustível, os seguintes resíduos: – os resíduos vegetais provenientes da agricultura e da silvicultura que não constituam biomassa florestal ou agrícola;

– os resíduos vegetais provenientes da indústria de transformação de produtos alimentares, se o calor gerado for recuperado;

– os resíduos vegetais fibrosos provenientes da produção de pasta virgem e de papel, se forem co-incinerados no local de produção e o calor gerado for recuperado;

– os resíduos de cortiça;

– os resíduos de madeira, com excepção daqueles que possam conter compostos orgânicos halogenados ou metais pesados resultantes do tratamento com conservantes ou revestimento, incluindo, em especial, os resíduos de madeira provenientes de obras de construção e demolição.

CBO₅ – Carência Bioquímica de Oxigénio. Parâmetro que mede o potencial impacte ambiental de um efluente líquido sobre o meio receptor, causado pela oxidação bioquímica dos compostos orgânicos.

CCDR-LVT – Comissão de Cordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

CELE – Comércio Europeu de Licenças de Emissão

Cimentos compostos – Cimentos com taxas de incorporação de clínquer mais reduzidas (65%-79%), cuja taxa de incorporação de materiais secundários é maior (21%-35%). Como requerem menores quantidades de clínquer, são cimentos mais favoráveis do ponto de vista ambiental, porque permitem reduzir o consumo dos recursos naturais necessários para a produção daquele constituinte principal.

CimEq – Cimento Equivalente – Factor utilizado para calcular as quantidades equivalentes de cimento se todo o clínquer produzido fosse moído para produzir mais cimento. É calculado da seguinte forma: CimEq = Clk produzido (t)/Taxa de incorporação de clk(%)

Clk – Clínquer – Rocha artificial resultante da cozedura das matérias-primas, que constitui o principal componente do cimento.

Co-incineração – ver Valorização Energética.

Combustíveis alternativos – Qualquer resíduo industrial resultante de um processo produtivo que, pelas suas características físicas, químicas e poder calorífico, pode ser utilizado como combustível, substituindo a utilização de combustíveis fósseis.

Combustíveis fósseis – Combustíveis não renováveis resultantes do processo lento de decomposição das plantas e dos animais. Existem três grandes tipos de combustíveis fósseis: o carvão, o petróleo e o gás natural. Uma vez esgotados, não é possível substituí-los, razão por que se consideram não renováveis.

COT – Carbono Orgânico Total.

CQO – Carência Química de Oxigénio. Parâmetro que mede o potencial impacte ambiental de um efluente líquido sobre o meio receptor, causado pela oxidação química dos compostos orgânicos.

Desenvolvimento sustentável – Desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as gerações vindouras satisfazerem as suas próprias necessidades.

Dioxinas e Furanos – Todas as policlorodibenzo-p-dioxinas (PCDD) e os policlorodibenzofuranos (PCDF) enumerados no anexo I do Decreto-Lei n.º 85/2005. São compostos orgânicos altamente tóxicos, pouco solúveis, em água, com elevada persistência no ambiente acumulando-se nas gorduras e bioacumulando-se ao longo da cadeia alimentar; provenientes sobretudo de reacções químicas que envolvam a combustão de substâncias cloradas e cujos principais efeitos incluem maior susceptibilidade a infecções, cancro, defeitos congénitos, e

atraso no crescimento das crianças. As suas emissões são expressas em I-TEQ (Equivalente Tóxico Internacional).

DRE-LVT – Direcção Regional de Energia de Lisboa e Vale do Tejo.

CO₂ – Dióxido de Carbono – Um dos principais produtos da combustão de combustíveis fósseis. O dióxido de carbono é um gás com efeito de estufa (greenhouse gas) que contribui para o potencial aquecimento global.

Eco-eficiente – Conceito empresarial que visa acrescentar mais valor, utilizando menos materiais e energia e provocando um menor impacto ambiental.

Eficiência energética – A eficiência energética pode definir-se como a optimização que podemos fazer do consumo de energia.

EMAS – Eco-management and Audit Scheme (Sistema Comunitário de Eco-Gestão e Auditoria) – Regulamento (CE) n.º 1221/2009, de 25 de Novembro, que revoga o Regulamento (CE) n.º 761/2001 e as Decisões 2001/681/CE e 2006/193/Cda Comissão.

Emissão difusa – Emissão que não é feita através de uma chaminé, incluindo as fugas e as emissões não confinadas para o ambiente exterior, através de janelas, portas e aberturas afins, bem como de válvulas e empanques.

ETAR – Estação de tratamento de águas residuais.

Fauna – É o termo colectivo usado para designar a vida animal de uma determinada região ou período de tempo.

Filtro de mangas – Equipamento destinado a filtrar os gases resultantes de um processo industrial, através de um conjunto de mangas (algodão, poliéster ou Teflon), onde as partículas de pequenas dimensões ficam retidas.

Flora – É o conjunto das espécies de plantas (geralmente, apenas as plantas verdes) características de uma região.

HCl – Ácido Clorídrico

HF – Ácido Fluorídrico

IGAOT – Inspeção Geral de Ambiente e Ordenamento do Território.

Impacte ambiental – Qualquer alteração no ambiente, adversa ou benéfica, resultante total ou parcialmente, das actividades, produtos ou serviços da organização.

Licença Ambiental – Decisão escrita que visa garantir a prevenção e o controlo integrados da poluição proveniente das instalações, estabelecendo as medidas destinadas a evitar, ou se tal não for possível,

a reduzir as emissões para o ar, a água e o solo, a produção de resíduos e a poluição sonora. Este documento é emitido pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Matérias-primas naturais – Matérias-primas utilizadas tradicionalmente no processo de produção (calcário, marga e areia).

Matérias-primas secundárias – Qualquer resíduo industrial resultante de um processo de produção, que, pelas características físico-químicas, possa ser utilizado em substituição de matérias-primas primárias.

Metais pesados – Elementos químicos nos quais se incluem: Cd – Cádmio, Hg – Mercúrio, As – Arsénio, Ni – Níquel, Pb – Chumbo, Cr – Crómio, Cu – Cobre, Tl – Tálho, Sb – Antimónio, Co – Cobalto, Mn – Manganês e V – Vanádio.

MTD – Melhor Técnica Disponível – Técnica mais eficaz para alcançar um nível geral elevado de protecção do ambiente no seu todo.

NH₃ – Amónia.

NO_x – Óxidos de Azoto

Partes Interessadas – Também designados por partes interessadas ou intervenientes, referem-se a todos os envolvidos num determinado processo, por exemplo, clientes, colaboradores, investidores, fornecedores, comunidade etc. O sucesso de uma empresa passa pela participação das suas partes interessadas e, por isso, é necessário assegurar que as suas expectativas e necessidades são conhecidas e consideradas pela mesma.

PM₁₀ – Partículas em suspensão susceptíveis de passar através de uma tomada de ar selectiva, tal como definido no método de referência para amostragem e medição de PM10, Norma EN 12341, com uma eficiência de corte de 50% para um diâmetro aerodinâmico de 10 µm.

Produtos cimentícios – Equivale a todo o clínquer produzido mais todos os materiais utilizados na moagem de cimento.

Recursos não renováveis – Recursos que existem em quantidades fixas em vários lugares da crosta terrestre e têm potencial para renovação apenas por processos geológicos, físicos e químicos que ocorrem em centenas de milhões de anos. O carvão e outros combustíveis fósseis são não-renováveis.

Recursos renováveis – Recursos que potencialmente podem durar indefinidamente, sem reduzir a oferta disponível porque são substituídos por processos naturais.

Regime geral – Regime de funcionamento dos fornos quando estão a consumir apenas combustíveis fósseis tradicionais.

Regime co-incineração – Regime de funcionamento dos fornos quando estão a consumir combustíveis alternativos, além dos combustíveis fósseis tradicionais.

Resíduo – Qualquer substância ou objecto de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer.

RIB - Resíduo industrial banal – O resíduo que esteja isento de substâncias consideradas perigosas, como os resíduos florestais, as farinhas animais, os pneus, os plásticos, os desperdícios de papel e cartão, entre outros.

RIP - Resíduo industrial perigoso – O resíduo que apresente, pelo menos, uma característica perigosa para a saúde ou para o ambiente, nomeadamente os identificados na Lista Europeia de Resíduos.

Recursos naturais – Elementos da natureza com utilidade para o homem, cujo desenvolvimento tem o objectivo da civilização, sobrevivência e conforto da sociedade em geral. Podem ser renováveis, como a luz do Sol, o vento, os peixes, as florestas, ou não-renováveis, como o petróleo.

SNCR – Selective Non-Catalytic Reduction. Processo utilizado na redução das emissões de NOx, que consiste na injeção de amónia nos gases de saída do forno.

SO₂ – Dióxido de Enxofre

SST – Sólidos Suspensos Totais. Parâmetro que mede a quantidade de materiais sólidos em suspensão num efluente líquido.

Unidades de Medida – m – metro (SI); kg – quilograma (SI); s – segundo (SI); J – Joule, unidade de energia (1 J = kg.m²/s²); W – Watt, unidade de potência (1W = 1 J/s); kWh – Kilowattthora, unidade de energia, corresponde à quantidade de energia utilizada para alimentar uma carga com potência de 1Watt (W) pelo período de 1h

(1 kWh= 3,6x10⁶ J = 3,5 MJ); cal – caloria (1 cal = 4,1868 kJ) – unidade de energia, corresponde à quantidade de calor (energia) necessária para elevar em 1 grau Célsius temperatura de 1 g de água.

Valor A – Correspondente à entrada/impacte anual total no domínio em causa

Valor B – Correspondente à produção anual total da organização

Valor R – Correspondente ao rácio A/B

VLE – Valor limite de emissão – Concentração e / ou o nível de uma emissão que não deve ser excedido

durante um ou mais períodos determinados.

Valorização energética – Operação de valorização de resíduos, em que estes substituem os combustíveis fósseis. No caso do processo de fabrico de cimento, os resíduos são introduzidos no forno como combustível alternativo.

/11

DECLARAÇÃO DO VERIFICADOR AMBIENTAL
SOBRE AS ACTIVIDADES DE VERIFICAÇÃO
E VALIDAÇÃO

A **APCER – Associação Portuguesa de Certificação**, com o número de registo de verificador ambiental EMAS PT-V-0001 acreditado ou autorizado para o âmbito “Exploração de Pedreiras e Fabricação de Cimento” (Código NACE: 23.51) declara ter verificado se a Fábrica Secil-Outão, tal como indicada na declaração ambiental actualizada da organização Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. com o número de registo PT 000073 cumpre todos os requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, que permite a participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

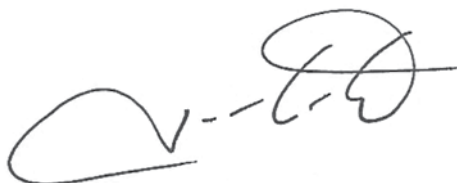
Assinando a presente declaração, declaro que:

- a verificação e a validação foram realizadas no pleno respeito dos requisitos do Regulamento (CE) n.º 1221/2009;
- o resultado da verificação e validação confirma que não existem indícios do não cumprimento dos requisitos legais aplicáveis em matéria de ambiente;
- os dados e informações contidos na declaração ambiental actualizada da Fábrica Secil-Outão reflectem uma imagem fiável, credível e correcta de todas as actividades, no âmbito mencionado na declaração ambiental.

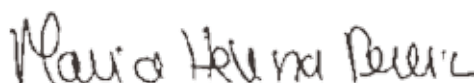
O presente documento não é equivalente ao registo

EMAS. O registo EMAS só pode ser concedido por um organismo competente ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1221/2009. O presente documento não deve ser utilizado como documento autónomo de comunicação ao público.

Leça da Palmeira, 29 de Maio de 2014.



Eng.º José Leitão
(CEO)



Eng.ª Helena Pereira
(Verificador)

